

## *A IDADE DO FERRO NA REGIÃO DO BAIXO SADO. CONTRIBUIÇÕES RECENTES*

CARLOS TAVARES DA SILVA<sup>1</sup>

### **Nota prévia**

Decorridos quase quinze anos sobre a breve síntese relativa à Idade do Ferro das margens do estuário do Sado que, com Joaquina Soares, elaborámos no livro “Arqueologia da Arrábida”,<sup>2</sup> parece-nos útil proceder a novo balanço acerca do mesmo tema. Com efeito, as escavações arqueológicas que entretanto realizámos quer em Abul<sup>3</sup> quer em Chibanes<sup>4</sup> alargaram o nosso campo de conhecimentos e permitiram fundar novas perspectivas sobre o processo da ocupação humana, que, durante aquele período, teve por palco a região do Baixo Sado.

Tratando-se de uma breve revisão e actualização do que escrevemos em 1986, o presente artigo não repetirá as figuras então publicadas, sendo ilustrado graficamente apenas através do material obtido a partir dessa data.

### **A presença fenícia**

Os trabalhos arqueológicos que, nas duas últimas décadas, efectuámos no Castelo de Alcácer do Sal, área urbana de Setúbal e Abul revelaram testemunhos eloquentes da presença fenícia. De acordo com a informação neste momento disponível, o processo de povoamento do Baixo Sado durante o período compreendido entre os finais do século VIII e o século VI a.C. parece ter atravessado três fases principais.

Dos finais do século VIII aos inícios do século VII a.C. ocorrem os primeiros contactos entre Fenícios e grupos autóctones do Bronze Final. Esta fase encontra-se representada na base da potente se-

quência estratigráfica estudada na Travessa dos Apóstolos, em Setúbal (SOARES & TAVARES DA SILVA, 1986). Juntamente com cerâmica de fabrico manual, tipologicamente característica do final da Idade do Bronze, que aí predomina esmagadoramente (84%), surgem as primeiras cerâmicas produzidas ao torno, fenícias: ânforas, “cerâmica cinzenta”, toda do grupo A, cerâmica de engobe vermelho, cerâmica pintada policroma e cerâmica comum ao torno. Esses níveis podem, pois, corresponder a um horizonte de transição para a Idade do Ferro durante o qual se assiste à interacção da população autóctone com grupos de mercadores fenícios em expansão para Ocidente.

A cronologia (finais do século VIII — primeiras décadas do século VII) que sugerimos para o início da ocupação da colina de Santa Maria, no Centro Histórico de Setúbal, baseia-se em dados de carácter estratigráfico e tipológico:

- níveis da base da sequência sobrepostos por níveis cujo material arqueológico não pode ser posterior a meados do século VI com cerâmica manual numa percentagem de somente 24% (SOARES & TAVARES DA SILVA, 1986,96);
- elevada percentagem (84%) de cerâmica manual, do Bronze Final. Esta frequência relativa adquire maior significado cronológico quando comparada com contextos como o da camada 10 do Castelo de Alcácer do Sal (TAVARES DA SILVA *et al.*, 1980-81), datável do último quartel do século VII e que possui apenas 11,5 % de cerâmica manual.

A primeira fase do processo de povoamento dos inícios da Idade do Ferro no Baixo Sado pode estar igualmente representada em Alcácer do Sal, povoado que, pela sua localização e dimensões, deveria comportar-se como o principal centro urbano, político e comercial dessa região. Porém, as escavações que aí realizámos, ao terem lugar em área talvez periférica em relação ao núcleo do Bronze final/Ferro inicial, revelaram um hiato entre a ocupação daquele período e a do último quartel do século VII, já plenamente orientalizada.

O processo de diálogo intercultural criou condições propícias ao estabelecimento de um povoado de fundação fenícia no estuário do Sado. De facto, no segundo quartel ou em meados do século VII, funda-se em Abul uma feitoria fenícia (MAYET & TAVARES DA SILVA, 1977). Este local — uma pequena península da margem direita do paleo-estuário, de onde se dominava visualmente a desembocadura deste — era servido por duas enseadas que ofereciam condições de porto natural e gozava de excelente localização geoestratégica, tendo em vista a manutenção de relações com os povoados indígenas de Setúbal e Alcácer do Sal e com a região mineira da

Serrinha (Palma) a que a ribeira de São Martinho, afluente do Sado, dava acesso directo. Em Abul é então construído um amplo edifício de planta quadrangular, provido de um pátio central igualmente quadrangular, rodeado a oeste, norte e este por compartimentos rectangulares, por vezes de grandes dimensões, que teriam servido como armazéns, e a sul por pequenos compartimentos utilizados talvez com funções habitacionais e/ou “administrativas”. Tratava-se de um “palácio-feitoria” com características marcadamente orientais. A pequena elevação sobre a qual se erguia era rodeada por um fosso.

Esse edifício sofre uma remodelação, provavelmente no último quartel do século VII. O pátio central é reduzido e rodeado por um corredor perimetral, com o qual comunica através de amplos vãos abertos nos seus quatro lados. Este conjunto central, formado pelo pátio e corredor, era rodeado por compartimentos rectangulares: uns, de grandes dimensões, distribuídos ao longo dos lados este, norte e oeste, teriam sido, tal como no edifício inicial, utilizados como armazéns; outros, situados no lado sul e de pequenas dimensões, teriam desempenhado funções habitacionais (presença de lareiras). A entrada principal da primeira fase foi abandonada e deslocada para o lado sul, sendo, exteriormente, servida por uma calçada de grandes lajes de brecha da Arrábida que se sobrepõe ao fosso, o qual já então estaria inoperante e colmatado por lixos domésticos.

O edifício da segunda fase parece ter sido abandonado durante a primeira metade do século VI.

O carácter fenício de Abul encontra-se claramente expresso na arquitectura, com paralelos no Mediterrâneo oriental, no padrão locativo e no espólio exumado, que comporta todas as grandes categorias cerâmicas próprias da cultura material fenícia ocidental.

O comércio foi, por certo, a principal actividade económica desenvolvida em Abul. Muita da cerâmica é de importação, como foi demonstrado pelas análises petrográficas efectuadas; identificou-se um grupo de pasta (presente em recipientes de engobe vermelho, de cerâmica cinzenta ao torno, de cerâmica pintada de bandas e em ânforas) igualmente detectado na cidade fenícia do Castillo de Doña Blanca, na baía de Cadiz.

Outros testemunhos apontam para o desenvolvimento de outras actividades económicas, como a criação de gado (boi, ovelha/cabra e porco — este último, raro) (CARDOSO, 1996), a agricultura, a fiação (presença de fusaiolas) e a metalurgia do ferro (aparecimento de tubo de fole de fundição, de secção rectangular e com dois orifícios longitudinais; de minério e de escórias). A caça, a pesca e o marisqueio estão mal representados.

A terceira fase do processo de povoamento de que temos vindo a tratar encontra-se documentada em Setúbal (SOARES & TAVARES DA SILVA, 1996) e no Castelo de Alcácer do Sal (TAVARES DA SILVA *et al.*, 1980-81), locais onde, a partir, pelo menos, do último quartel do século VII, quando Abul entra na sua segunda fase construtiva, se assiste à plena orientalização das culturas indígenas. Essa orientalização, resultado da intensificação dos contactos entre Fenícios e a população autóctone, poderia ter decorrido em atmosfera de equilibrada interação e mesmo miscigenação. Segundo o modelo que defendemos, grupos fenícios ter-se-iam instalado em povoados de fundação indígena, pelo menos a partir de finais do século VII, como é sugerido pelos resultados das nossas escavações no castelo de Alcácer do Sal. Tal instalação poderia igualmente explicar o abandono, na primeira metade do século VI, do “palácio-feitoria” de Abul. Agora já não seria necessário um estabelecimento desta natureza: o comércio passaria a fazer-se no interior dos povoados de origem autóctone que haviam assimilado plenamente inovações tecnológicas, arquitectura, mesmo comportamentos culturais orientalizantes os quais, entrosados com a herança do Bronze Final, estiveram na origem de uma florescente I Idade do Ferro, na segunda metade do século VII e primeira metade do século VI A.C., no sul de Portugal.

### **Formações sociais da plena Idade do Ferro — um mosaico cultural<sup>5</sup>**

Em Setúbal, Abul e Alcácer do Sal, os níveis arqueológicos posteriores ao séc. VI continuam a revelar uma cultura material de tradição marcadamente fenícia.

Em Setúbal (SOARES & TAVARES DA SILVA, 1986), a sequência sidérica não ultrapassa o século IV; em Abul, fica-se pelo século V, tendo sido posto a descoberto um pequeno santuário onde estão patentes depósitos de oferendas associadas a rituais de fogo; mas no castelo de Alcácer do Sal (TAVARES DA SILVA *et al.*, 1980-81) atinge os alvares da romanização, manifestando sempre características filiadas numa persistente tradição semita. Esta componente cultural não pode ser imputada a uma renovação do “orientalismo” por via da chegada de influxos de origem cartaginesa. Admitimos, por um lado, um processo de (re)elaboração cultural local ou regional intensamente marcado pela presença fenícia e, por outro, a vinculação de Alcácer do Sal ao mundo púnico na concepção mais abrangente deste termo (descendentes dos Fenícios do Ocidente).

Quando em 1980 publicámos os resultados das nossas escavações no Castelo de Alcácer do Sal, assinalámos no Baixo Alentejo, entre o século V/IV e o século II a.C., a par daquele contexto cultural de origem mediterrânea e semita, a existência de um outro fácies cultural caracterizado por abundante cerâmica de fabrico manual, por vezes com decoração plástica (cordões segmentados), e pela frequência de decoração estampilhada. Representado em Miróbriga (SOARES & TAVARES DA SILVA, 1979) e na Pedra da Atalaia (Santiago do Cacém) (TAVARES DA SILVA, 1978), entre muitas outras jazidas, corresponderia a um Ferro II continental e celtizante. Este panorama cultural heterogéneo tem sido confirmado nos últimos anos (ARRUDA *et al.*, 1995) e, na região do Baixo Sado, as recentes escavações no Castro de Chibanes (Palmela) (TAVARES DA SILVA & SOARES, 1997) vieram reforçar a ideia da existência de um mosaico cultural durante a plena Idade do Ferro.

O sítio de Chibanes, situado sobre a crista da Serra do Louro, entre Palmela e a Quinta do Anjo, possui excelentes condições geoestratégicas, quer pelas boas condições de defesa que comporta, quer pelo controlo visual de uma ampla paisagem que se estende do Tejo ao Sado. Foi, durante o Ferro II, um povoado fortificado, com uma extensa muralha em arco que defendia a encosta de mais fácil acesso; ao longo dessa muralha organizavam-se habitações de planta rectangular. O material cerâmico que temos vindo a exumar nos níveis do Ferro II difere quer do proveniente de Setúbal e Alcácer do Sal, quer do encontrado em Miróbriga e Pedra da Atalaia. Estamos em presença de outro grupo estilístico no qual a cerâmica cinzenta ao torno, de tradição fenícia, tão abundante em Setúbal e Alcácer, é muito escassa, mas onde também a cerâmica característica do horizonte continental e celtizante está praticamente ausente. Acusando, sem dúvida, influências mediterrâneas (presença, por exemplo de ânforas “ibero-púnicas”), afasta-se contudo da cultura material de ascendência fenícia ocidental patente em Setúbal, Abul e Alcácer. A sua definição torna-se, por enquanto, difícil; porém, o que neste momento sabemos acerca de Chibanes é suficiente para admitirmos a existência de um terceiro grupo estilístico na cerâmica do Ferro II da região do Baixo Sado e Alentejo Litoral.

### **O final da Idade do Ferro e os alvares da romanização**

O período de transição da Idade do Ferro para a época romana, cronologicamente situado entre a segunda metade do século II e o terceiro quartel do século I a.C., encontra-se representado no Castelo de Alcácer do Sal, Chibanes, Pedrão e Castelo dos Mouros. Estamos perante um período em

que nem sempre é fácil atribuir às realizações da cultura material uma filiação baseada no estrito dualismo indígena/romano. Tal dificuldade resulta, naturalmente, da intensa interação que, nos dois últimos séculos do milénio, se estabeleceu entre o mundo indígena e o mundo itálico. E essa interação não se fez somente por via directa, isto é, não ocorreu apenas entre os indígenas e os Romanos invasores. Em todo esse processo não podemos esquecer o importante papel comercial desempenhado pelos Fenícios de Gadir, relacionado com a consolidação da produção escravagista e da economia monetária, como J. L. Lopez Castro (1995) demonstrou. Através desse comércio teriam chegado à fachada atlântica peninsular, juntamente com salgas de peixe fabricadas na área do Estreito de Gibraltar e embaladas em ânforas Mañá C2<sup>6</sup>, produtos de origem itálica, designadamente cerâmicas de mesa (campaniense e “paredes finas”) e vinho transportado em ânforas Dressel 1.

Deste modo, os povoados pré-romanos que recebem estes produtos oferecem contextos onde as cerâmicas sidéricas ocorrem misturadas com materiais de origem itálica, tardo-republicanos. Temos vindo a considerar tais contextos do Ferro final ou Ferro III, valorizando o peso da componente cultural autóctone na sua formação. A designação “romano-republicano” aplicar-se-ia aos contextos que, embora podendo oferecer materiais indígenas, revelam origem romana: acampamentos, fortins, por exemplo. Mas, como veremos ao tratar de Chibanes, nem sempre é fácil optar por uma dessas designações.

Os níveis arqueológicos do século II e da primeira metade do século I. a.C. escavados por nós no Castelo de Alcácer do Sal (TAVARES DA SILVA *et al.*, 1980-81) mostraram a permanência da cultura material de origem fenícia, radicada neste arqueossítio desde o século VII a.C.. Como escrevemos em 1980-81, nota-se, nesses últimos níveis da sequência da Idade do Ferro, “a predominância do elemento cultural mediterrânico de feição semita (púnica e/ou ibero-púnica) sobre a itálica. Esta última encontra-se representada por escassos (1,8%) e tardios fragmentos de campaniense das classes A e B; a ânfora romana republicana está quase ausente (apenas um exemplar encontrado fora de contexto). Em contrapartida, a *cerâmica cinzenta* (quase exclusivamente do grupo B — 7%), a cerâmica pintada (sendo a de bandas exclusivamente monócroma), as ânforas (identificada a forma neo-púnica designada por Dressel 18 [Mañá C2] ) e a cerâmica comum mostram estar na tradição das cerâmicas das fases anteriores” (TAVARES DA SILVA, *et al.*, 1980-81, 211). Também as estruturas arquitectónicas correspondentes a esta fase revelam a mesma tradição.

Chibanes que, durante o Ferro II, como atrás dissemos, se diferencia, no que à cultura material diz respeito, de Alcácer e Setúbal, sem apresentar, porém, um carácter marcadamente continental, mantém, entre a segunda metade do século II e o terceiro quartel do século I, o mesmo ambiente geral, não obstante o hiato entre essas duas ocupações, de, pelo meno, meio século, detectado na área por nós escavada (TAVARES DA SILVA & SOARES, 1997). A chamada cerâmica comum encontra-se claramente na tradição da do Ferro II; nos materiais importados, a par de ânforas da forma Mañá C2, provenientes da área do Estreito, ocorrem cerâmicas campanienses A e B, “paredes finas” e ânforas vinárias Dressel 1, mas sempre em frequências pouco relevantes. Contudo, o sistema defensivo sofre importantes modificações, ao contrário da arquitectura doméstica que, embora manifestando tendência para uma maior compartimentação, conserva as características fundamentais da ocupação do Ferro II. Com efeito, na fase de ocupação que se inicia no último quartel do século II abandona-se a extensa muralha em arco que defendia a encosta norte e opta-se pela construção de uma fortificação abaluartada, constituída por panos rectilíneos e ortogonais, que procurará defender o acesso virado a ocidente que, como hoje, se faria pela crista da serra. Esta fortificação acabará por perder a sua função defensiva cerca de meados do século I a.C., sendo a sua área ocupada por habitações durante o terceiro quartel do mesmo século. Traduzirão as alterações no sistema defensivo ocorridas nos finais do século II, uma efectiva e precoce presença romana?

A questão acima colocada parece ser em parte legítima quando analisamos o estrato do século I a.C. (segundo e terceiro quartéis) do sítio do Pedrão (SOARES & TAVARES DA SILVA, 1973). Neste caso, porém, a arquitectura, pela técnica construtiva e pela morfologia, parece filiar-se no mundo indígena. As influências itálicas estão mais visíveis no espólio móvel. De facto, esta verdadeira fortaleza natural da encosta oriental da Serra de São Luís, de onde se domina visualmente quase toda a baía de Setúbal, forneceu numerosos materiais de origem romana, tardo-republicanos, destacando-se, pela sua abundância, a cerâmica campaniense da classe B. Coexistem, porém, com artefactos marcadamente sidéricos (ânforas “ibero-púnicas”, por exemplo), sendo alguns claramente relacionáveis com o comércio desenvolvido a partir de Gadir, como ânforas da forma Mañá C2 e numismas cunhados nesta cidade fenícia. Seja qual for a origem do estabelecimento do Pedrão, indígena ou romano, parece evidente que as suas defesas naturais e artificiais e o seu instrumental bélico traduzem uma conjuntura político-social de grande instabilidade e insegurança; em meados do século I a.C., o colonizador romano não ocupava estável e pacificamente a região da foz do Sado.

Será necessário aguardar pelo segundo quartel do século I d.C., para assistirmos, em Setúbal e Tróia<sup>7</sup>, ao efectivo estabelecimento de um modo de vida francamente romanizado.

## Notas

<sup>1</sup> Director do Centro de Estudos Arqueológicos do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal — Av. Luisa Todi, 162, 2900-451 SETÚBAL

<sup>2</sup> Edição do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, Lisboa, 1986.

<sup>3</sup> As escavações arqueológicas em Abul, efectuadas por nós e Françoise Mayet, integraram um projecto luso-francês do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal e da Missão Arqueológica Francesa em Portugal. Decorreu entre 1990 e 1997. Neste momento, preparamos a respectiva monografia.

<sup>4</sup> O castro de Chibanes (Palmela) foi, até agora (1999), objecto de quatro campanhas de escavações arqueológicas da responsabilidade do autor e de Joaquina Soares, promovidas pelo Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal.

<sup>5</sup> Falamos de cultura material no sentido arqueológico (cultura material), e não etnológico do termo.

<sup>6</sup> Para a distribuição em território português da ânfora Mañá C2, ver Arruda e Almeida (1998).

<sup>7</sup> O contexto romano mais antigo até agora identificado no Centro Histórico de Setúbal remonta ao período Tibério-Cláudio e foi escavado no Largo da Misericórdia onde integrava estruturas de uma olaria que produziu ânforas da forma Dressel 14 (TAVARES DA SILVA, 1996).

O início da ocupação romana de Tróia parece ter ocorrido igualmente no segundo quartel do século I d.C., como é sugerido pelo estudo da *sigillata* itálica: "La faiblesse de la *sigillée* italique prouve que les relations commerciales de Tróia avec le reste du monde romain n'ont débuté que quelques décades après le changement de l'ère" (ETIENNE *et al.*, 1994, 25).

## Referências bibliográficas

- ARRUDA, A. M. & ALMEIDA, R. R. (1998). As ânforas da Classe 32 na Alcáçova de Santarém (campanhas de 1983-91). *Conimbriga*, 37, p. 201-231.
- ARRUDA, A. M.; GUERRA, A. & FABIÃO, C. (1995). O que é a II Idade do Ferro no Sul de Portugal. *Trabalhos de Arqueologia e Etnologia (Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular)*, 35 (2), p. 237-257.
- CARDOSO, J. L. (1996). Bases de subsistência em povoados do Bronze Final e da Idade do Ferro do território português. O testemunho dos mamíferos. *De Ulisses a Viriato. O primeiro milénio a.C.*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 160-170.
- ÉTIENNE, R.; MAKAROUN, Y. & MAYET, F. (1994). *Un grand complexe industriel a Tróia (Portugal)*. Paris, Diffusion E. de Boccard.
- LÓPEZ CASTRO, J. L. (1995). *Hispania Poena. Los Fenicios en la Hispania romana*. Barcelona, Ed. Crítica.
- MAYET, F. & TAVARES DA SILVA, C. (1997). L'établissement phénicien d'Abul (Alcácer do Sal). *Itinéraires Lusitaniens. Trente années de collaboration archéologique luso-française*, Paris, Diffusion E. de Boccard, p. 255-273.
- SOARES, J. & TAVARES DA SILVA, C. (1973). Ocupação do período proto-romano do povoado do Pedrão (Setúbal). *Actas das II Jornadas Arqueológicas*, vol. 1, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 245-305.
- SOARES, J. & TAVARES DA SILVA, C. (1979). Cerâmica pré-romana de Miróbriga (Santiago do Cacém). *Setúbal Arqueológica*, 5, p. 159-194.
- SOARES, J. & TAVARES DA SILVA, C. (1986). Ocupação pré-romana de Setúbal. *Actas do I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana*, Lisboa, Instituto Português do Património Cultural, p. 87-101.
- TAVARES DA SILVA, C. (1978). Ocupação da II Idade do Ferro da Pedra da Atalaia (Santiago do Cacém). *Setúbal Arqueológica*, 4, p. 117-132.
- TAVARES DA SILVA, C. (1996). Produção de ânforas na área urbana de Setúbal. *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado* (Actas das primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado). Lisboa, Publicações Dom Quixote, p. 43-54.
- TAVARES DA SILVA, C. & SOARES, J. (1986). *Arqueologia da Arrábida*, Lisboa, Ed. Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza.
- TAVARES DA SILVA, C. & SOARES, J. (1997). Chibanes revisitado. Primeiros resultados da campanha de escavações de 1996. *Estudos Orientais*, 6, p. 33-66.
- TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J.; BEIRÃO, C. de Mello; DIAS, L. Ferrer & COELHO-SOARES, A. (1980/81). Escavações arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal (campanha de 1979). *Setúbal Arqueológica*, 6/7, p. 149-218.

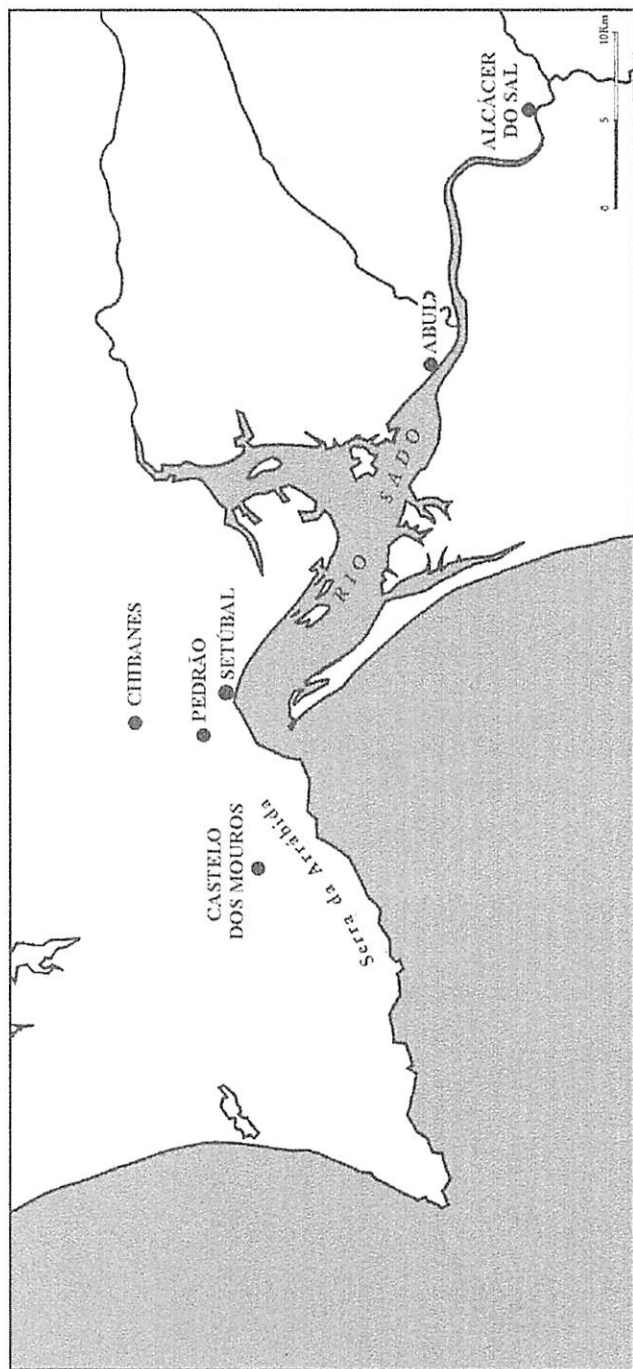


FIGURA 1 – Localização dos povoados da Idade do Ferro na região do Baixo Sado

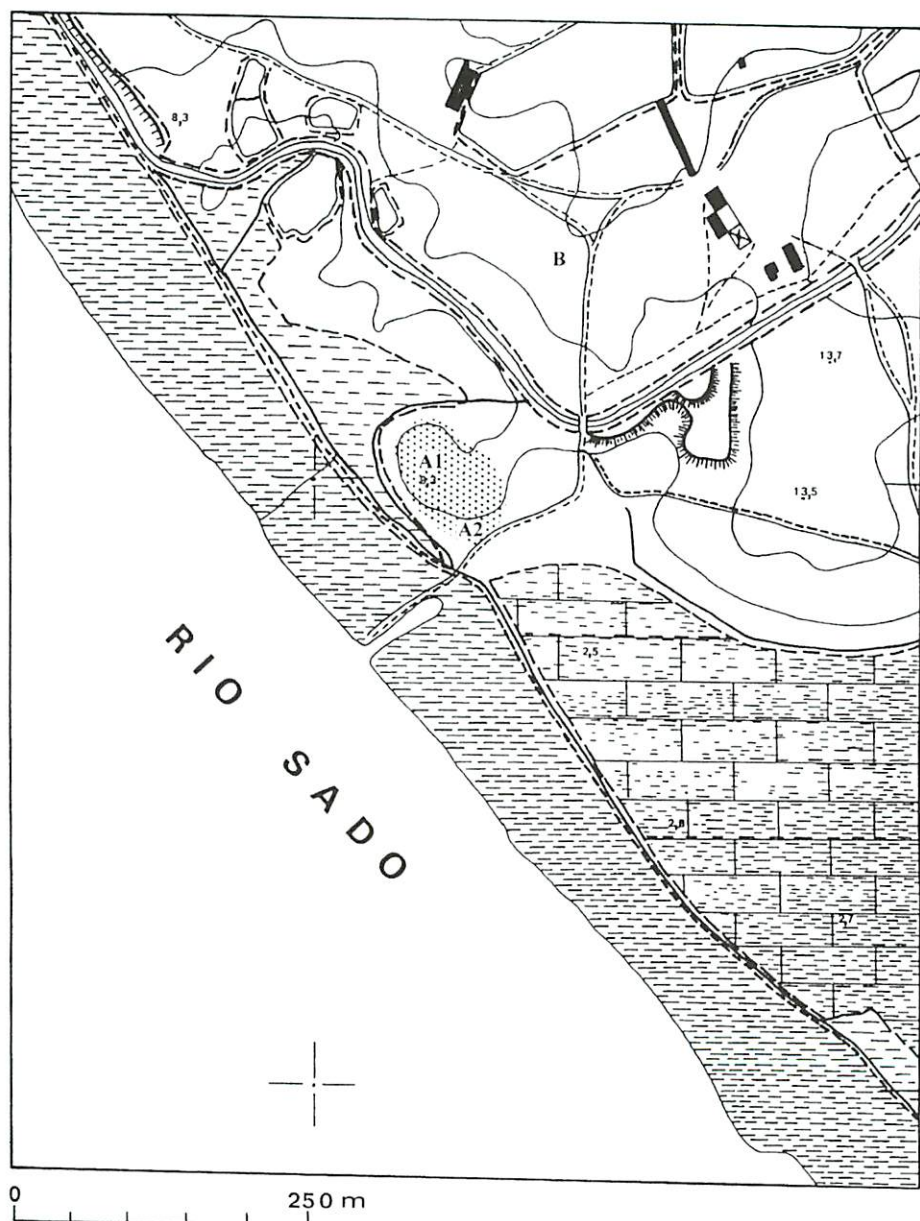


FIGURA 2 – Localização do sítio fenício de Abul. A1 — “Palácio-feitoria” dos séculos VII e VI; A2 — estruturas do século VII/VI; B — santuário dos finais do século VI e do século V a.C.

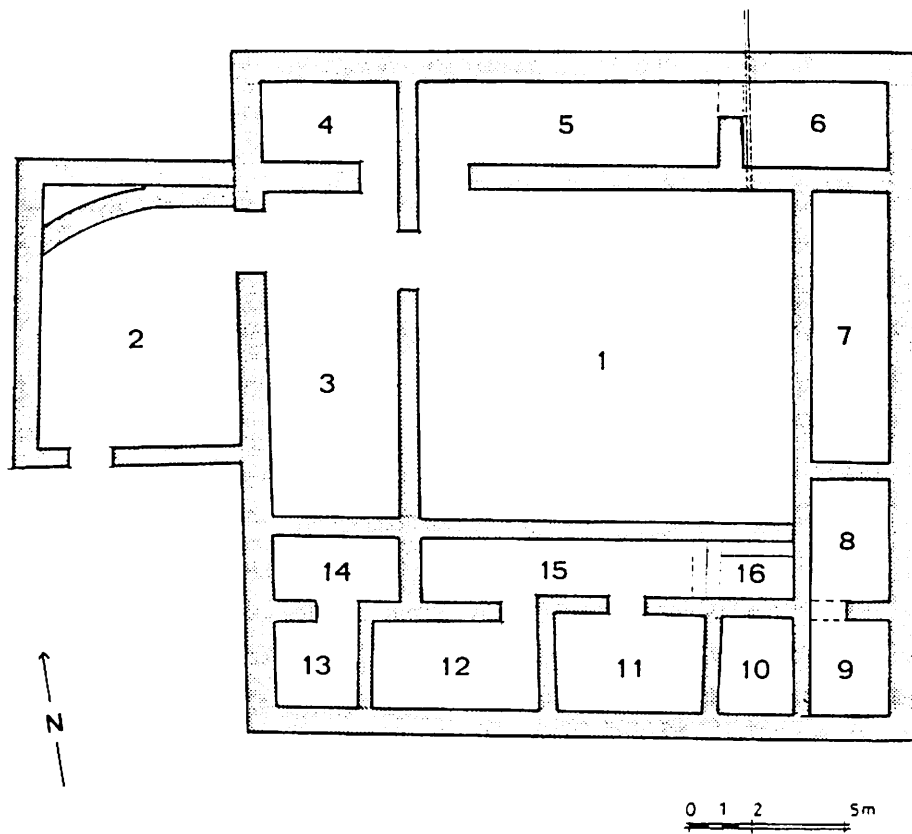


FIGURA 3 – Planta esquemática da primeira fase do “palácio-feitoria” de Abul A1: 1 — pátio central; 2 — “torre de entrada”; 4 a 9 — armazéns; 10 a 16 — área habitacional e/ou “administrativa”

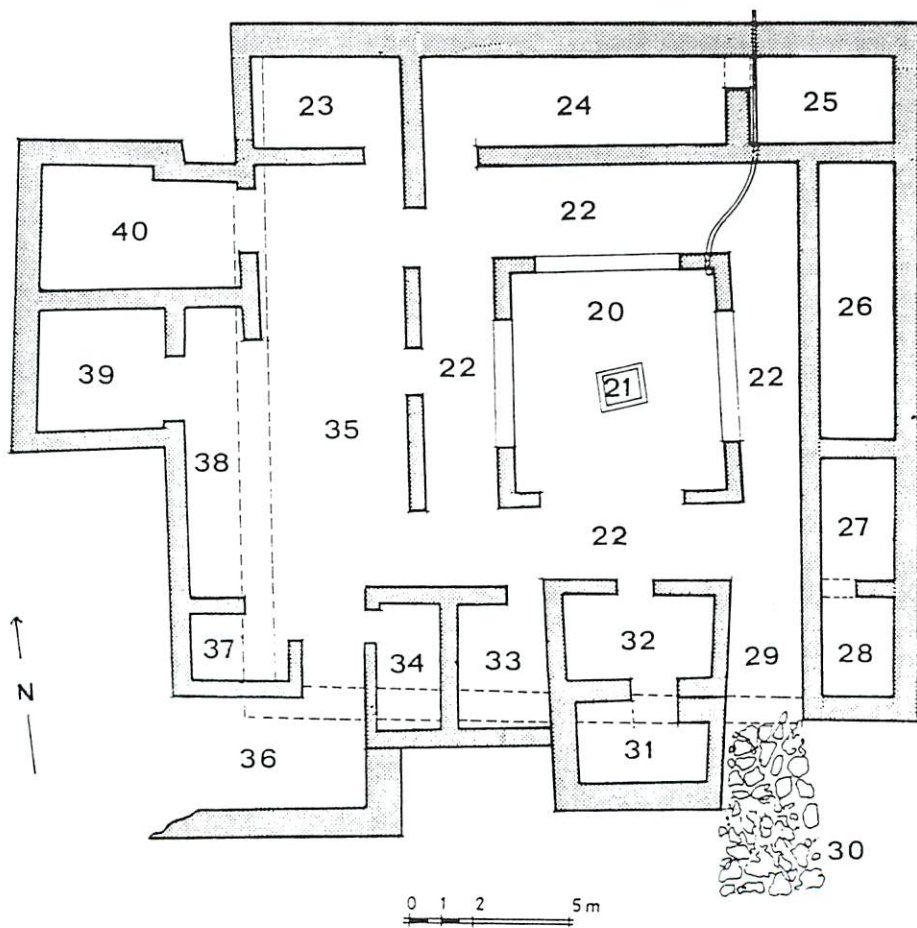


FIGURA 4 – Planta esquemática da segunda fase do “palácio-feitoria” de Abul A1: 20 — pátio central com edícula (21); 22 — corredor; 23 a 28 — armazéns; 29 — corredor de entrada; 30 — calçada; 31 — “torre”; 32 a 34 e 37 —área habitacional

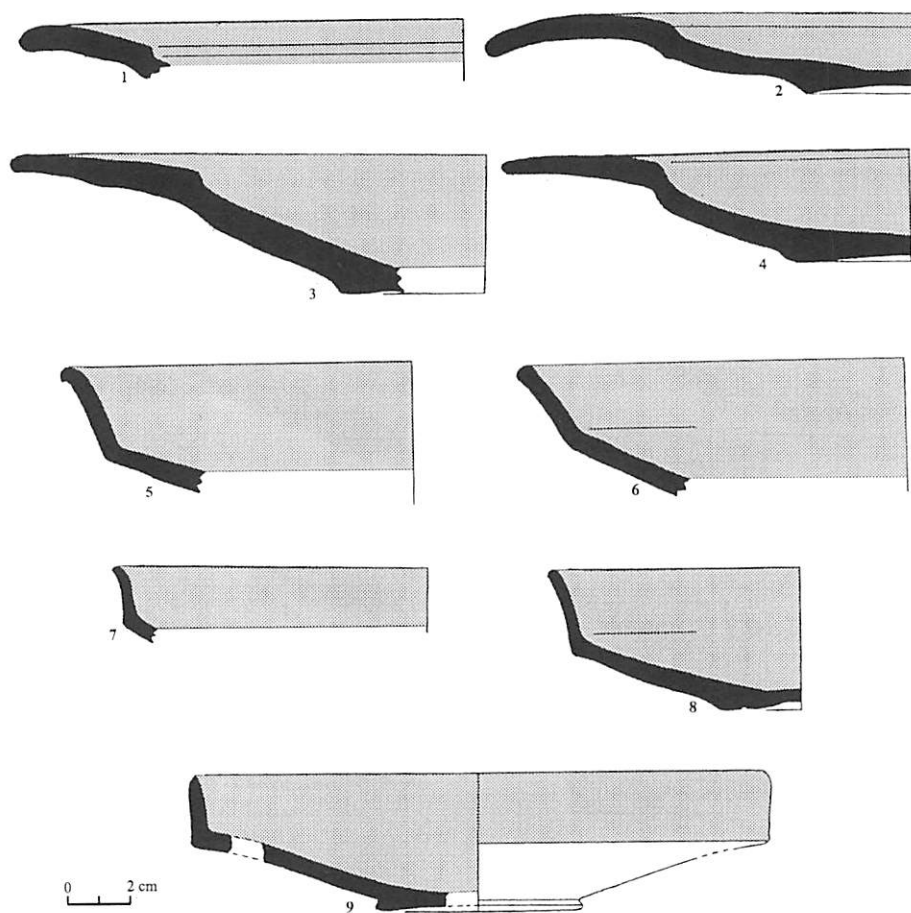


FIGURA 5 – Cerâmica de engobe vermelho fenícia da fase I de Abul A

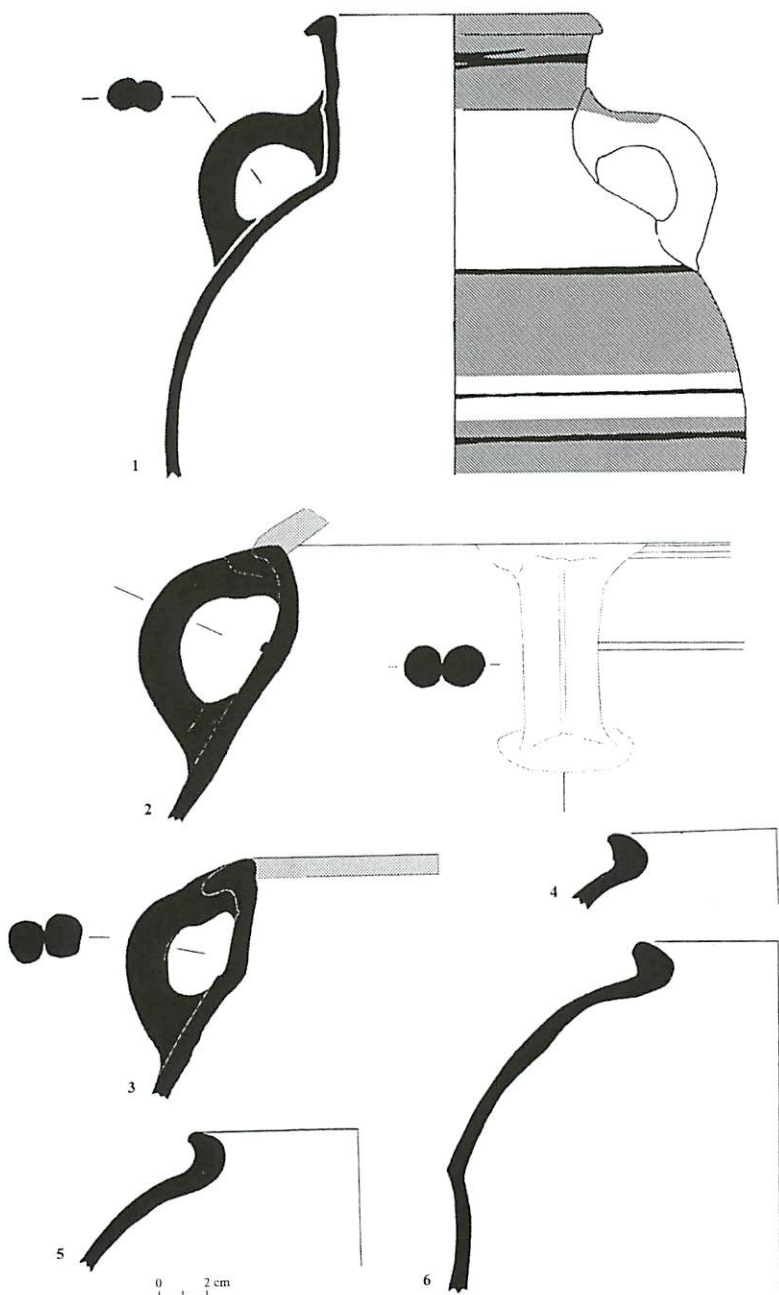


FIGURA 6 – Cerâmica pintada de bandas (n.ºs 1 a 3) e ânforas fenícias ocidentais (n.ºs. 4 a 6) da fase I de Abul A

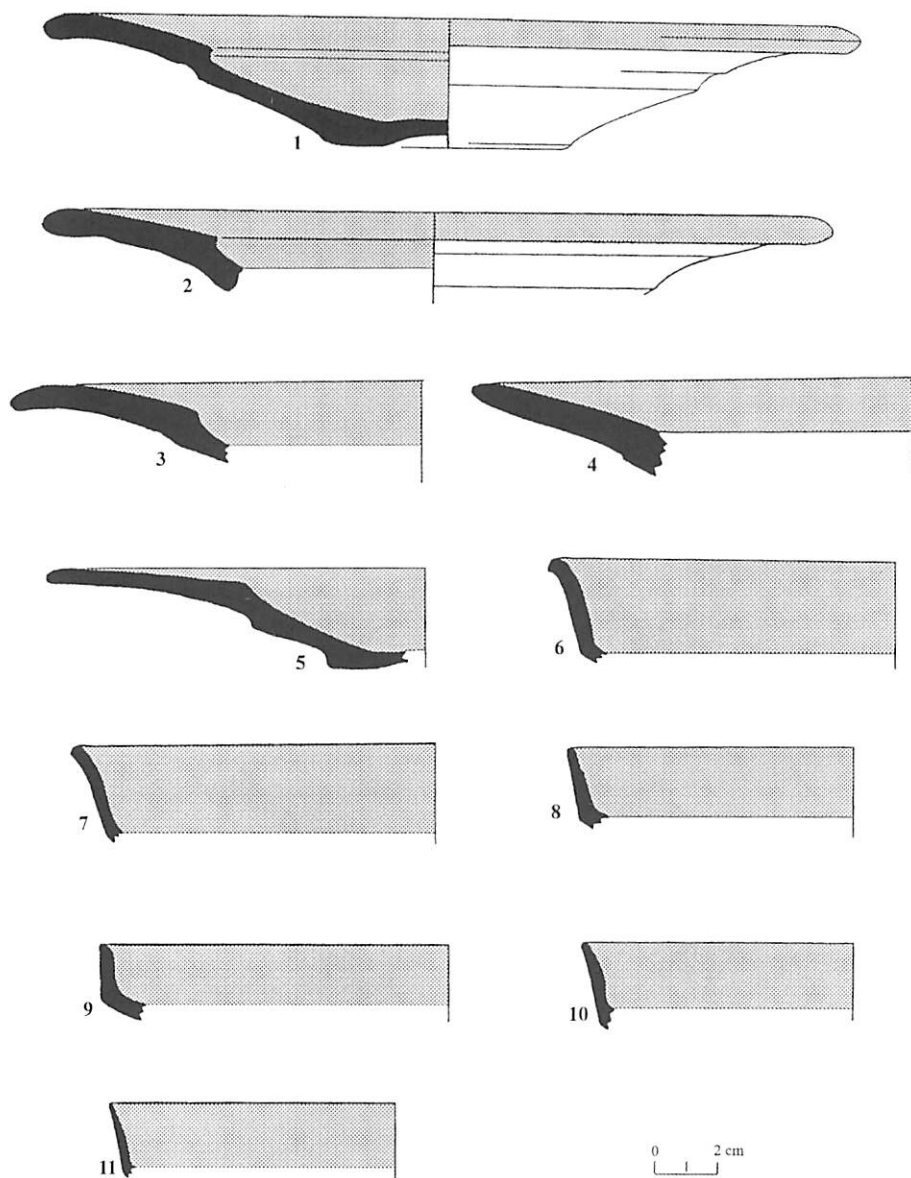


FIGURA 7 – Cerâmica de engobe vermelho fenícia da fase II de Abul A

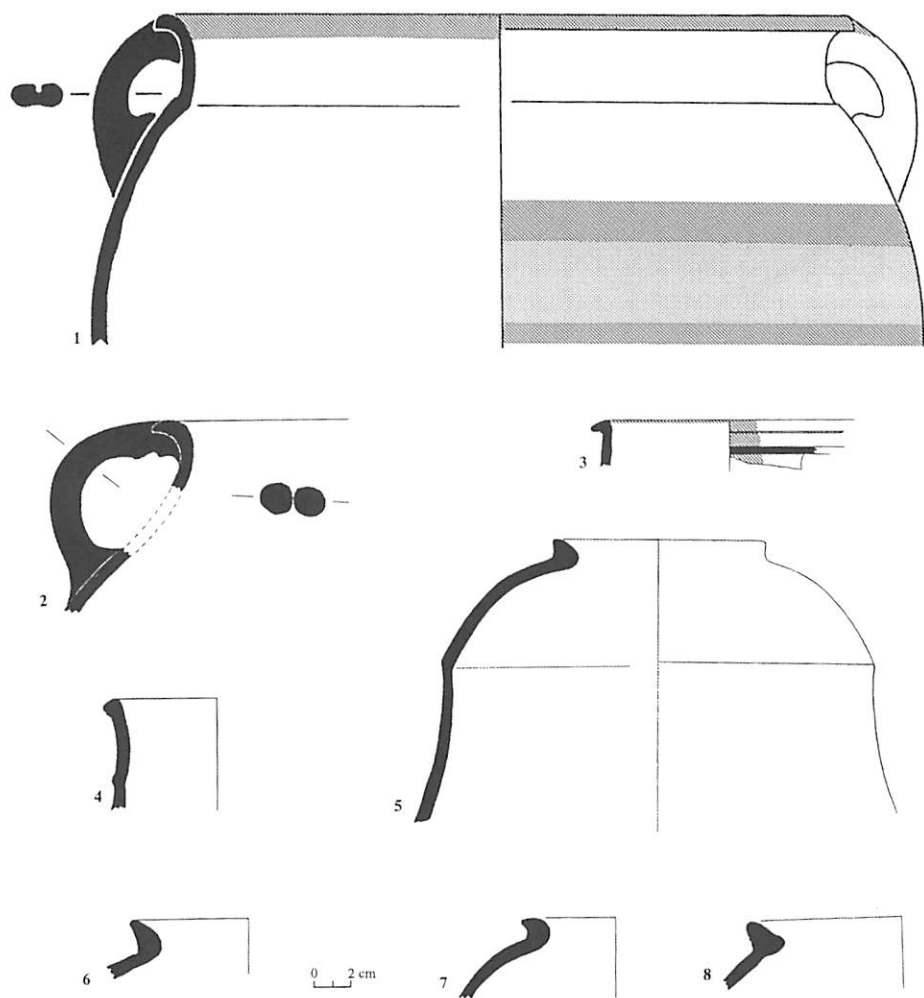


FIGURA 8 – Cerâmica pintada de bandas (n.ºs. 1 a 4) e ânforas fenícias ocidentais (n.ºs. 5 a 8) da fase II de Abul A

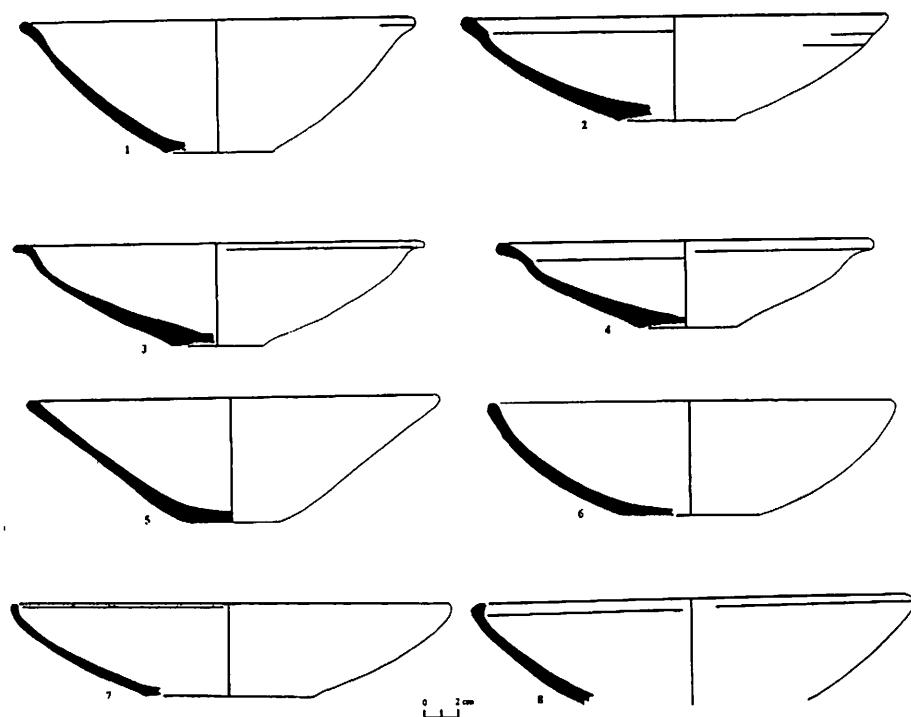


FIGURA 9 – Cerâmica cinzenta fenícia ocidental de Abul A. Formas mais comuns

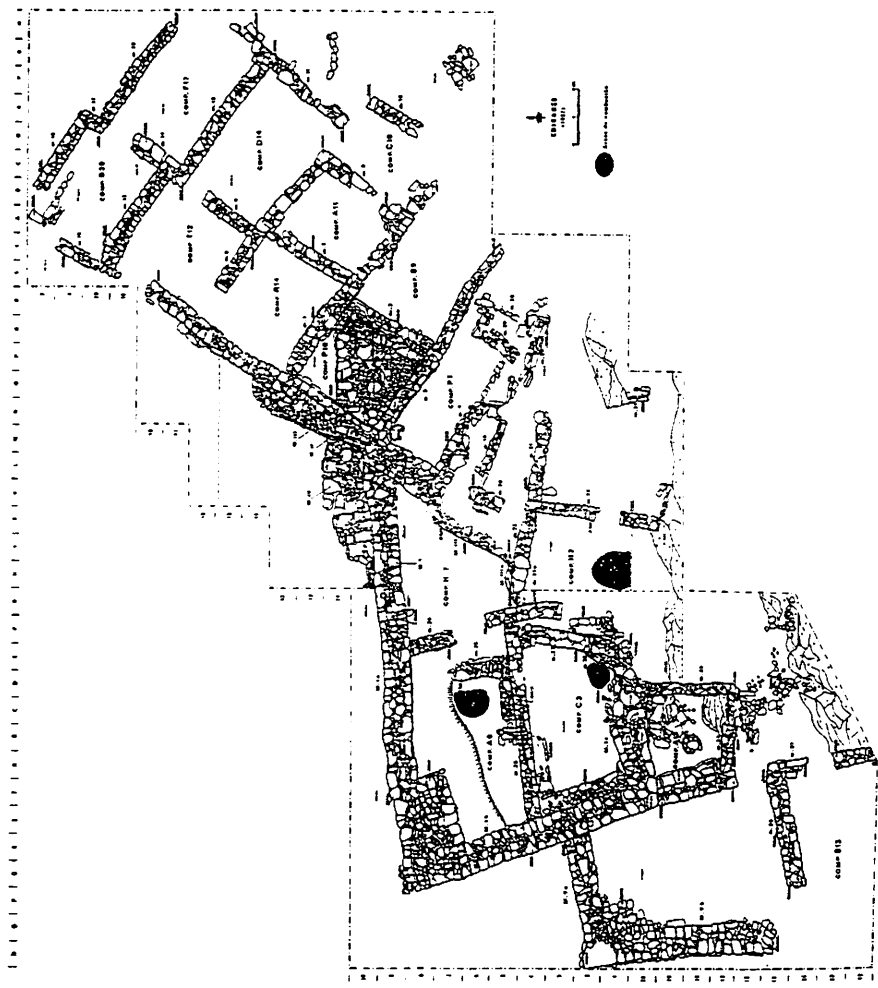


FIGURA 10 – Planta da área escavada no castro de Chibanes (1997)

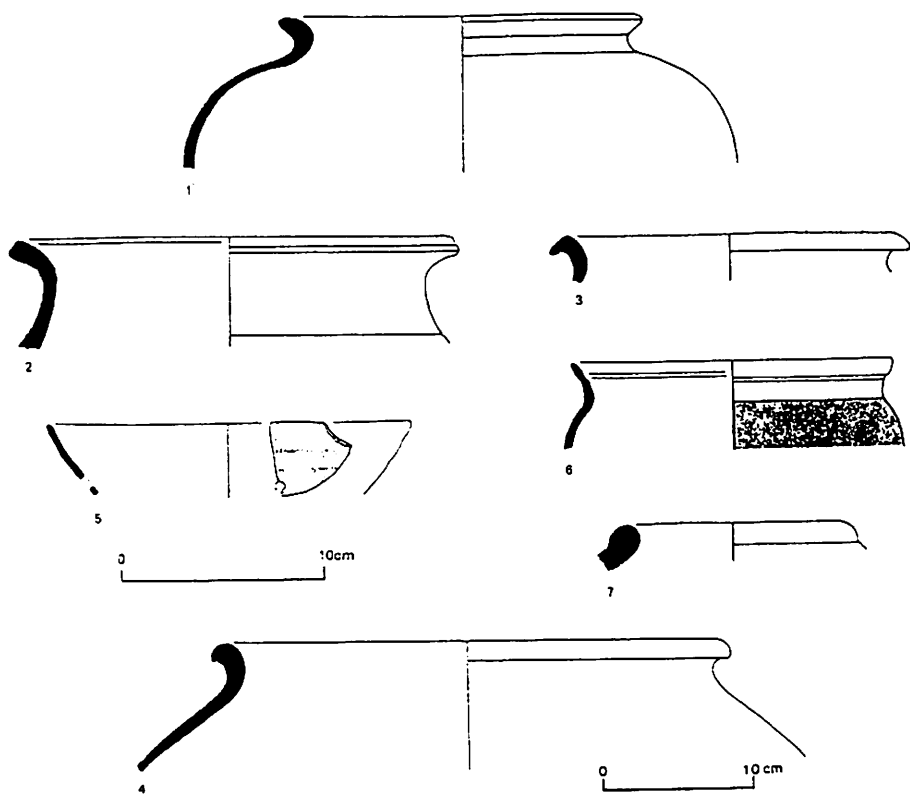


FIGURA 11 – Cerâmica da Fase II A (Ferro II) do castro de Chibanes: 1 — manual; 2 a 5 — ao torno com cozedura final oxidante; 6 — ao torno, pintada de bandas; 7 — ânfora

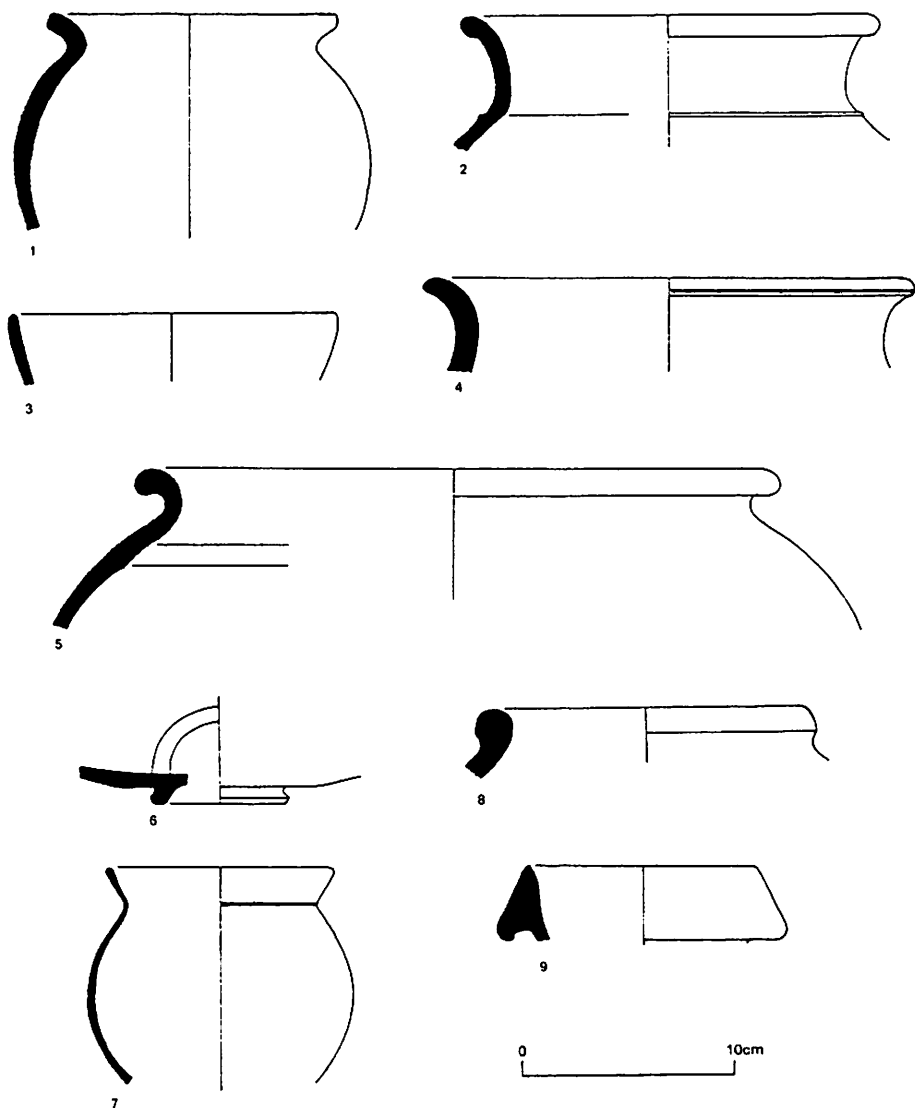


FIGURA 12 – Cerâmica da Fase II B (Ferro III/período romano-republicano) do castro de Chibanes: 1 — manual; 2 — ao torno com cozedura redutora; 3 a 5 — ao torno com cozedura final oxidante; 6 — campaniense A; 7 — “paredes-finas”; 8 — ânfora “púnica”; 9 — ânfora itálica

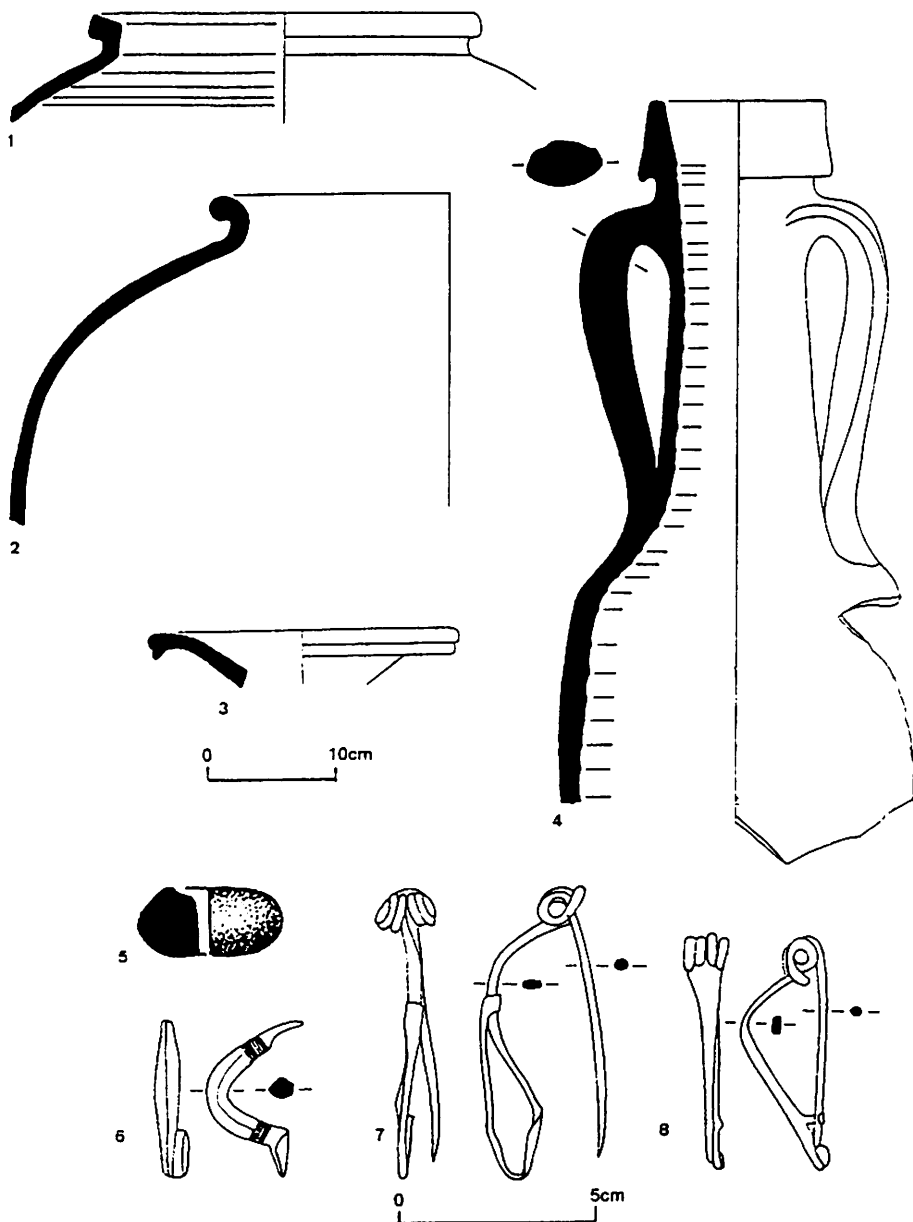


FIGURA 13 – Materiais da Fase II C (Ferro III/período romano-republicano) do castro de Chibanes: 1 e 2 — cerâmica ao torno com cozedura final oxidante (“talhas”); 3 e 4 — ânforas; 5 — fusaiola; 6 a 8 — fibulas